

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006596-12.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Repetição de indébito**
 Requerente: **Pacifico Batista Chaves**
 Requerido: **Persona Assessoria Empresarial Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

PACÍFICO BATISTA CHAVES ajuizou ação contra PERSONA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e BANCO BRADESCO S.A., alegando em síntese, que possuía uma conta corrente e conta poupança na agência do segundo réu, e em janeiro de 2014, retirou o saldo existente na conta poupança e deixou de movimentar ambas as contas, sem que nenhum débito ficasse pendente. Entretanto, em abril de 2015, foi surpreendido com uma notificação extrajudicial de uma empresa de recuperação de créditos, contratada pelo Banco Bradesco, informando-o sobre a existência de um débito em seu nome no valor de R\$ 763,09. Diante disso, dirigiu-se à agência bancária, onde solicitou extratos bancários e verificou constar vários débitos automáticos em nome de Persona Assessoria Empresarial no valor de R\$ 38,00 mensais, mas o banco não soube informar do que se tratava os débitos, se havia autorização para tal débito e nem de que se tratava tal empresa. Tentou por diversas vezes resolver o problema de forma amigável, solicitando o estorno dos débitos lançados, pois jamais contratou o serviço com a empresa de assessoria e nem autorizou nenhum débito da referida empresa em sua conta, porém as tentativas foram infrutíferas. Tal incidente ocasionou a inscrição indevida de seu nome no cadastro de devedores. Pediu a antecipação da tutela para exclusão de seu nome do cadastro de devedores, a declaração de inexistência do débito e indenização por danos morais.

Deferiu-se antecipação de tutela.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O autor desistiu do prosseguimento da ação em relação a ré Persona Assessoria Empresarial Ltda.

O Banco Bradesco S.A. foi citado e não contestou o pedido.

É o relatório

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pleito (CPC artigo 319).

O autor teve o nome inscrito em cadastro de devedores, em razão de uma suposta dívida perante o réu.

Os extratos juntados às fls. 13/15 apontam que a partir de 19 de fevereiro de 2014, mensalmente, foram debitados na conta do autor o valor de R\$ 38,00, para pagamento de cobrança em nome de Persona Assessoria Empresarial Ltda, valores esses impugnados pelo autor.

Essa conta deixou de ter movimentação regular, pelo correntista, em fevereiro de 2014, consoante se verifica pelo documento de fls. 13.

Alega o autor que jamais contratou o serviço com a empresa de assessoria e nem autorizou nenhum débito da referida empresa em sua conta.

O réu, responsável pela inclusão em cadastro de devedores, deveria justificar e demonstrar a realidade da relação jurídica de débito e crédito que foi contestada, o que não ocorreu.

Portanto, acolhe-se a pretensão declaratória da inexistência de relação jurídica de débito e crédito.

Não houve cobrança indevida mas lançamento indevido a débito em conta corrente, sem pagamento pelo cliente. Logo, descabe a pretensão de devolução em dobro ou condenação ao pagamento em dobro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Reconhece-se, no entanto, o dano moral, pelo indevido apontamento em cadastro de devedores, por dívida inexistente.

Pertence ao réu a responsabilidade integral pelo fato e pelo dano causado.

O nome constitui patrimônio da pessoa, digno de proteção como um dos direitos da personalidade.

Os danos morais não precisam de comprovação, vez que ligados ao sofrimento que pessoa honesta sente ao encontrar seu nome no cadastro de pessoas impontuais. Assim, na hipótese de constatada a culpa do réu pelo ato indevido, ao inocente é devida indenização. Para a fixação da indenização por danos morais, ao magistrado incumbe considerar as circunstâncias do caso, a gravidade da repercussão do fato e as condições sócio-econômicas das partes (Ap. c/ Rev. 622.102-00/0 - 11ª Câmara - Rel. Juiz MENDES GOMES - J. 5.3.2001).

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que na concepção moderna da reparação do dano moral prevalece a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova do prejuízo em concreto (REsp. nº 196.024 - MG - 4ª T. - Rel. Min. Cesar Asfor Rocha - DJU 02.08.99).

O pedido encontra prestígio na Constituição Federal, artigo 5º, inciso X.

Pode o juiz guiar-se pelas condições em que se apresentam os litigantes, para a redução ou ampliação do gravame devido e, ainda, a manutenção de uma certa relação entre o ilícito praticado e o resultado auferido pelo lesante, na fixação da indenização devida. A personalidade do lesado e a repercussão do dano são também considerados (v. Reparação Civil por Danos Morais, Carlos Alberto Bittar, RT).

Tomam-se em conta a posição social e cultural do ofensor e do ofendido, tendo-se em vista o *homo medius*, de sensibilidade ético-social normal. A maior ou menor culpa do agente também é aspecto a ponderar.

No entanto, constitui contradição pretender buscar uma perfeita equivalência econômica entre o dano e a quantia que for arbitrada a título de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

compensação ou satisfação simbólica, o que se mostra possível apenas no domínio dos danos patrimoniais (Antonio Lindbergh C. Montenegro, Ressarcimento de Danos, Âmbito Cultural Edições, 4ª edição, página 153).

A reparação pecuniária pelo dano moral, descartada a impossibilidade de qualquer equponderância de valores, tem o sentido de compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável em contrário (RT 650/63).

A paga em dinheiro representa uma *satisfação moral* ou *psicológica*, neutralizando o sofrimento impingido. Mas não pode significar um enriquecimento sem causa da vítima.

À falta de regulamentação legal, a estimação é prudencial (TJSP, Ap. 113.190-1, 2ª C., j. 28.11.89, Rel. Des. Walter Moraes, RT 650/63).

É razoável estabelecer R\$ 8.000,00.

Diante do exposto, acolho os pedidos. Confirmo a decisão de adiantamento da tutela, no sentido de excluir o nome do autor de cadastro de devedores, declarando inexistente o débito apontado e condeno o réu a pagar a título indenizatório a importância de R\$ 8.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios contados da época da citação inicial, além das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

P.R.I.C.

São Carlos, 24 de agosto de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**